

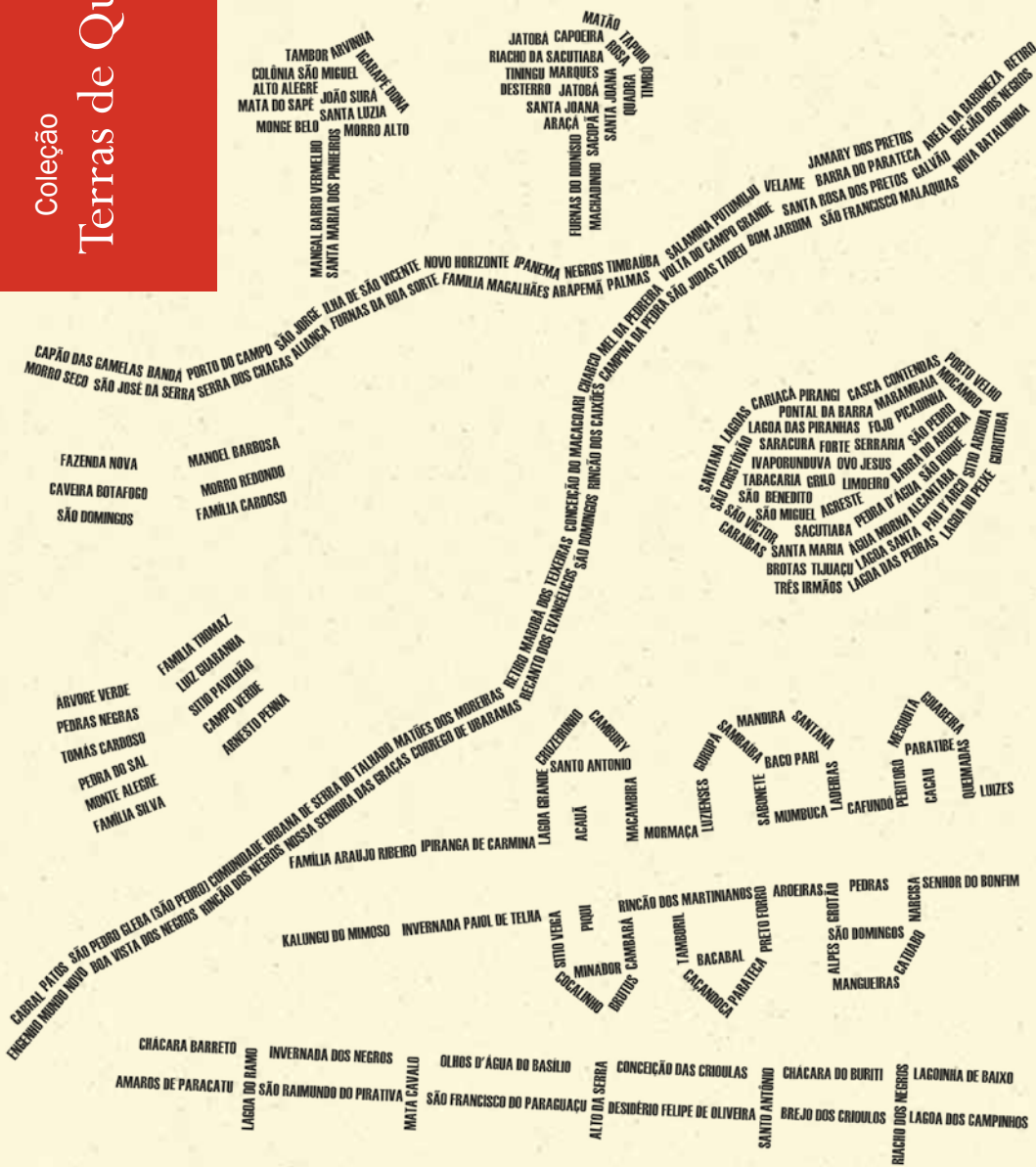


Coleção

Terras de Quilombos

Rio de Janeiro

Comunidade Quilombola Preto Forro



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

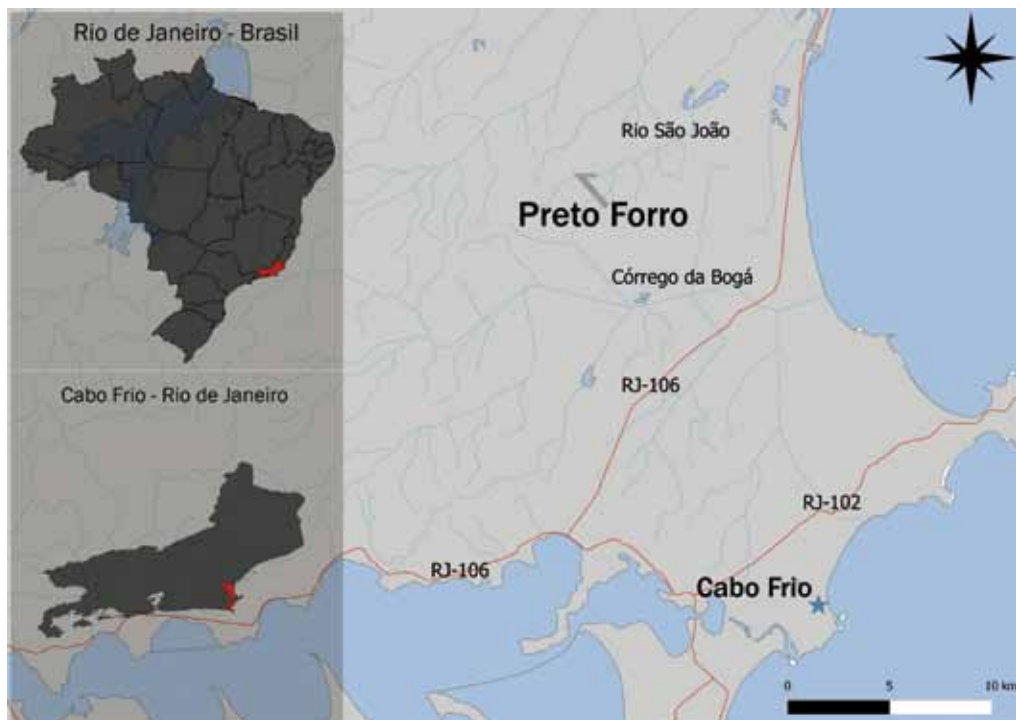
A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Preto Forro

O Quilombo de Preto Forro está localizado no Bairro Angelim, no segundo Distrito de Cabo Frio, em uma área rural desse município no estado do Rio de Janeiro. **Os quilombolas vivem em uma área de 90 hectares e receberam a titulação dessas terras em 2011 pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).** As terras do quilombo faziam parte da famosa Fazenda Campos Novos, localizada entre os municípios de São Pedro da Aldeia, Araruama, Armação de Búzios e Casimiro de Abreu.

A violência e a crueldade da escravidão estão marcadas na história desse quilombo e, ao mesmo tempo, revelam que mesmo em meio a esse contexto houve resistência das comunidades quilombolas que lá se formaram. A história da escravidão na região dos lagos, no litoral fluminense, se confunde com a história da Fazenda Campos Novos



e suas subdivisões ao longo do tempo. Ela funcionava como centro distribuidor de escravizados africanos que eram desembarcados em Búzios, na praia atrás do Morro do Arpoador, e trazidos até a sede da Fazenda Campos Novos. Lá passavam pela triagem e eram enviados às fazendas nucleares, destinados à “engorda” para recuperação da viagem no *tumbeiro* (nome dado ao pequeno navio negreiro ou seu porão, em referência à tumba, pois os negros escravizados eram transportados em condições tão precárias, que muitos morriam).

A resistência dos trabalhadores agrícolas da região se deu ao longo dos anos, principalmente pela união das lutas sindical e quilombola. Na festa de comemoração da titulação, que contou com a presença de quilombolas de outras regiões e autoridade estaduais, o presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo de Preto Forro (ARQUIFORRO), Elias Santos, afirmou: “A gente se sente privilegiado com essa titulação porque quilombola vive sendo ameaçado de ser expulso de suas terras. Nós não teríamos condições de parar nas favelas, porque a gente sempre trabalhou na roça, não iríamos conseguir sobreviver”. A vitória do Quilombo de Preto Forro se deveu à combinação do sentimento de unidade familiar, ao uso coletivo do território e à capacidade de resistência, que ganhou alento com a fundação da Associação em 2005.



O Quilombo de Preto Forro. Fonte: Relatório Antropológico.

Titulação das terras de Preto Forro.

Fonte: Incra, sítio eletrônico, em 24/11/2011.



Cerimônia de recebimento do título das terras de Preto Forro.

Foto: Ignácio Ferreira, sítio eletrônico Fundação Cultural Palmares

Naquele ano, a ARQUIFORRO já possuía um estatuto discutido e aprovado. Em 2006 a comunidade sediou o Quarto Encontro do Projeto Etnodesenvolvimento Quilombola. No evento, Elias dos Santos revelou: “Em 2004, ele (o grileiro) chegou até aqui com seis capangas para nos ameaçar. Procuramos ajuda nos órgãos públicos, mas não tínhamos retorno. Com os projetos, conseguimos ter o reconhecimento e saber o caminho para os nossos direitos e obter respeito”. **Devido à sua história de sucesso, Preto Forro tornou-se referência para as comunidades quilombolas vizinhas, como Rasa, Botafogo e Caveira, que ainda lutam pela titulação de suas terras.**

Formada por 14 famílias, com cerca de 80 pessoas, a comunidade de Preto Forro descende dos negros que ocuparam essa área desde antes da abolição da escravatura. O quilombo é chamado também de *Palhada, Morro da Batata e Campos das Éguas*, fazendo referência às principais atividades dos moradores da comunidade, que plantam aipim (mandioca) e criam cavalos. **O nome Preto Forro é o mais**

conhecido. A expressão significa “escravizado liberto, que recebeu alforria” e seu uso para designar a comunidade ressalta a relação com os antepassados. Antes da Abolição, o termo era usado pelos de fora para referir-se aos moradores da comunidade.

As terras do quilombo, ocupadas pela família Santos há pelo menos quatro gerações, são de uso coletivo. Pelos relatos dos quilombolas, as terras teriam sido doadas por Antônio dos Santos a escravizados que ele alforriou. Além de parte de suas propriedades, deu-lhes seu próprio sobrenome. Ainda hoje, quase todos os moradores do quilombo são “Santos”. Existe uma forte relação de parentesco na comunidade, pois, ao longo dos anos, os casamentos se deram dentro da própria família, em geral entre primos.

Ao longo dos anos, sofreram várias ameaças de grileiros que obrigaram os moradores a cercar as casas para proteger suas roças e pequenas criações, mas isso não mudou o fato de reconhecerem as terras como coletivas, ou “terras de herdeiros”. Existia na comunidade o papel do “dono”, um parente que tinha por responsabilidade administrar as terras. Ele não era o proprietário, já que o território



Tereza dos Santos e filhas. Fonte: Relatório Antropológico.

nunca deixou de ser comum. Seu papel era de, uma vez por ano, recolher a contribuição dos moradores para pagar os impostos territoriais. Também cuidava de outras questões, como a revisão anual das demarcações das áreas.

De acordo com os quilombolas, o primeiro dono foi Ludgério dos Santos que, por não ter filhos homens, transmitiu a função para seu genro José dos Santos. Este, por sua vez, passou a função para o seu filho Albertino dos Santos. **A comunidade reconhece Ludgério dos Santos, que morreu em 1951 aos 78 anos de idade, como o seu antepassado mais antigo.** Em 1937, seu sobrinho Joaquim dos Santos, que vivia em uma fazenda vizinha, foi convidado a morar nas terras da comunidade pelo genro de Ludgério, José dos Santos. Ele veio com a esposa e os filhos. Os atuais moradores da comunidade são descendentes desses dois núcleos familiares, o de Ludgério e Joaquim.

História de Preto Forro

A origem de Preto Forro remonta ao século 17, quando houve doações de terras para as ordens jesuíta e beneditina. A parte das terras doadas aos padres da Companhia de Jesus foi denominada Fazenda de Santo Ignácio dos Campos Novos. Essa era a principal fazenda da região e sede de outras menores, ao seu redor. Tornou-se um importante centro de abastecimento, por exemplo, de gado, hortaliças e madeiras. Dentre as outras fazendas que estabeleciam relações com Campos Novos estavam Fazendinha, Bahia Formosa, Botafogo, Caveira, São Jacintho, Piraúna, Itauna, Angelim e Araçá.

Sob a direção dos jesuítas, o objetivo inicial da Fazenda Santo Ignácio dos Campos Novos era catequisar e empregar os índios da região. Posteriormente, a fazenda passou a usar o trabalho de negros escravizados, tornando-se também um ponto de distribuição dos africanos que desembarcavam em Búzios. **Na Fazenda de Campos Novos, os negros recém-chegados passavam por uma**

seleção. Os que estavam em boas condições físicas eram diretamente enviados para outras regiões. Os que chegavam com a saúde debilitada, devido às terríveis condições dos navios negreiros, iam para uma das fazendas que compunham Campos Novos para se recuperarem, antes de serem vendidos.

Essas práticas perduraram até 1759, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil por Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal. A fazenda passou, então, para o governo português, que a rebatizou de “Fazenda D’el Rey” e foi posteriormente comprada por Manoel Pereira Gonçalves. Nesse período, a produção agrícola da fazenda se destacou, com o cultivo de mandioca, milho, feijão, café e arroz. A fazenda principal foi desmembrada e as outras passaram a ter novas administrações.

Quando em 1850 o tráfico negreiro foi decretado ilegal, surgiram inúmeros portos clandestinos de desembarque de negros africanos naquela região. Os negros recém-chegados eram distribuídos para diversas fazendas, incluindo Campos Novos. **Após a abolição da escravatura, em 1888, muitos escravizados da Fazenda Campos Novos continuaram morando e cultivando em suas terras, principalmente a mandioca.**

No início do século 20, a fazenda foi comprada por Eugênio Honold, que permitiu a permanência dos ex-escravizados, sob a condição de pagarem pelo uso da terra, trabalhando alguns dias da semana para ele. No entanto, uma parte dos negros libertos que vivia em áreas mais distantes da sede da fazenda conseguiu permanecer ali com certa autonomia, sem pagar qualquer tipo de renda.

A partir da década de 1930, o governo de Getúlio Vargas dificultou a entrada de imigrantes em território brasileiro como política de defesa do trabalhador nacional. Em 1943, Getúlio Vargas promulgou o Decreto-Lei 5.452, conhecido como a Consolidação das Leis do Trabalho, que estabeleceu maior rigor nas leis trabalhistas. Isso fez com que muitos fazendeiros abandonassem suas propriedades. Foi nesse contexto que Eugênio Honold deixou as fazendas aos cuidados de um de seus filhos, que vivia no Rio de Janeiro. Esse filho delegava a

administração das propriedades a um de seus empregados, conhecido como “Português”. Quando o filho de Honold morreu, sem deixar herdeiros, “Português” desistiu de continuar com os serviços.

Conflitos e violência

Entre 1940 e 1950, o governo do Rio de Janeiro realizou inúmeras obras na região, tais como a abertura de estradas, drenagens e saneamento. A região se tornou atraente para moradia e produção, aumentando a especulação imobiliária e dando início a conflitos de terra. Os primeiros conflitos desse período se iniciaram nos bairros rurais da Rasa e Maria Joaquina, no município de Armação de Búzios. Posteriormente, passaram a ocorrer também nos bairros de Botafogo, no município de Cabo Frio, e de Caveira, no município de São Pedro da Aldeia. Nesse contexto, muitos moradores foram enganados por grileiros, assinando contratos em branco que fizeram com que fossem expulsos de suas próprias terras.

Após a partida do “Português”, no fim da década de 1950, ocorreram violentos conflitos na comunidade de Preto Forro, incitados por pessoas que se diziam proprietárias das terras e queriam invadi-las. Para piorar a situação, na década de 1970 a Fazenda Campos Novos se tornou propriedade de outro fazendeiro. Percebendo o potencial da região para o turismo, o novo dono iniciou um forte processo de expulsão dos moradores das terras, com o propósito de construir um loteamento no local. Para isso, o fazendeiro entrou na Justiça contra mais de 60 moradores. O estado do Rio de Janeiro, por sua vez, investia na região visando o turismo sem, entretanto, se preocupar com os conflitos ali existentes.

Ao final dos anos 1970, uma parte das terras da fazenda, próxima aos limites dos municípios de Cabo Frio e Araruama, foi vendida a uma usina de cana-de-açúcar, cujo interesse era produzir álcool anídrico. A usina contratou a mão de obra da região para o plantio e corte da cana, mas as condições de trabalho eram tão irregulares que,

vinte anos depois, a usina foi acusada de manter os trabalhadores em regime de cárcere privado.

O Estado interveio na região novamente em 1983, quando parte da Fazenda Campos Novos, cerca de 3.200 hectares, foi desapropriada pelo Incra, com o intuito de realizar a reforma agrária. Porém, a garantia dada pelo Estado não significou o fim da violência e dos conflitos na região. Em junho de 1988, o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, foi assassinado.

Da resistência contra a grilagem, até a titulação do território

Quando Albertino dos Santos, neto de Ludgério, assumiu o cargo de “dono” das terras, os invasores começaram a desrespeitar os limites do quilombo. Atraídos pela valorização das terras, os grileiros foram para a região e cercaram parte de Preto Forro. Para conseguir pagar o imposto da propriedade, Albertino decidiu alugar uma área para os fazendeiros vizinhos. Dentre eles, estava um fazendeiro que já tinha um histórico de conflitos com a comunidade, pois seu gado invadia constantemente as plantações dos moradores.

Ao longo do tempo, esse fazendeiro passou a ser o único a alugar as terras do quilombo para servir de pasto. E foi assim que ele conseguiu ir mudando a cerca, invadindo as áreas e cortando a mata original. Na década de 1980 a situação se complicou. O fazendeiro começou a se apresentar como proprietário das terras e impôs inúmeras regras para a comunidade, como proibir os moradores de construir nas áreas cercadas por ele. Isso fez com que vários quilombolas deixassem Preto Forro para morar em outros lugares.

O fazendeiro continuou suas investidas, utilizando principalmente o gado para invadir as roças da comunidade. Nesse período, a maioria dos homens saía para trabalhar na cidade e as mulheres ficavam

nas roças. Como defesa, elas deixavam seus cachorros soltos para espantar os bois. Essa estratégia protegia em parte as plantações da comunidade, mas não impedia totalmente o gado de destruí-las. Ao perceber a situação, o fazendeiro mandou envenenar os cães da comunidade, chegando a matar, em um único dia, seis deles.

Além das roças, o gado do fazendeiro invadia e destruía a área de Mata Atlântica preservada pela comunidade.

Nessas áreas, os moradores cortavam madeira para fazer carvão. Assim, uma das fontes complementares de sobrevivência do quilombo foi se esgotando.

Vários conflitos marcaram a relação da comunidade com este grileiro.

Por exemplo, quando faleceu um casal de moradores, José Pereira da Conceição e Eunice dos Santos, seus filhos foram morar com os avós. Vendo que a casa do casal estava vazia, o grileiro derrubou-a com um trator. Alguns anos depois, uma das filhas do casal, Penha dos Santos Pereira, tentou construir uma casa no mesmo lugar daquela de seus pais, mas o fazendeiro não permitiu. Segundo ele, somente poderiam construir dentro dos quintais das residências já existentes.

Nesse mesmo período, um dos moradores, Manoel dos Santos, tinha acabado de se casar e começou a erguer uma casa com cerca, perto da de sua mãe. O fazendeiro ameaçou o quilombola, dizendo que se a casa fosse construída ele iria “picar a cerca”. Manoel continuou a obra, mas o fazendeiro não retaliou, como havia anunciado. Nesse mesmo lugar aberto “na marra” por Manoel, sua sobrinha Penha também conseguiu fazer sua casa e, posteriormente, seu irmão Celenino dos Santos. No entanto, os bois do fazendeiro continuaram a invadir as plantações dos quilombolas. Essa situação reflete a restrição de espaço e a falta de liberdade que a comunidade vivenciou em suas próprias terras.

Em 1991 ocorreu outra investida violenta por parte do fazendeiro. Ele destruiu a casa que o quilombola Elias dos Santos começou a erguer, alegando que estava fora dos limites por ele imposto. Também mandou destruir a roça que Elias estava cultivando. Elias dos Santos insistiu e continuou com a obra de sua casa. Em 2000, quando

estavam construindo o campo de futebol, os moradores novamente tiveram que enfrentar o fazendeiro. Sem desistir da tentativa de apropriação do território de Preto Forro, o fazendeiro recorreu à Justiça, para legalizar a sua grilagem.

Para fortalecer a luta pelo território, os moradores criaram a Associação de Remanescentes de Quilombo de Preto Forro. A sua fundação marcou o início de um tempo de conquistas. Em 17 de novembro de 2011, Preto Forro recebeu a titulação definitiva de suas terras, um feito de grande importância para a comunidade. Até então, o fato de os moradores não possuírem um “documento” que provasse os seus direitos à terra, dificultava a defesa do quilombo contra as invasões.



Casa do Senhor Elias dos Santos. Fonte: Relatório Antropológico.



Casa do Senhor Nelson e Delmira dos Santos. Fonte: Relatório Antropológico.

Modo de vida e ocupação do território

Em 2005, quando o Relatório Antropológico foi elaborado, a comunidade ocupava apenas 10% do território tradicional. Além das casas, havia pequenos espaços destinados às roças e à criação de galinhas e porcos. Apenas uma área era destinada para a criação de gado. Segundo o Sr. Aluizio, seu pai criava éguas, vendidas apenas em caso de emergência, como para um enterro. Outros moradores também criavam bois, como o Sr. Ilzo dos Santos e Dona Tereza dos Santos.

Nessa época, as 14 famílias no território de Preto Forro exibiam uma forma ocupação estratégica. Moravam em dois conjuntos, em áreas extremas. No meio dessas áreas, ficavam o campo de futebol, a sede do time da comunidade e a área de pasto. Como o invasor tinha derrubado quase toda a mata nativa para criar gado, restaram somente duas pequenas áreas de preservação e, ao longo dos pastos, algumas vegetações típicas da região, como jaqueiras e palmeiras.

A disposição das construções diz muito sobre as necessidades dos moradores ao longo dos anos. Para se protegerem das invasões, os moradores mais antigos refizeram suas casas, privilegiando a ocupação dos limites do quilombo. Esse movimento, assim como a distância entre as moradias, garantiam a defesa e a posse de todo o território.

Os moradores de Preto Forro seguiam os saberes dos ancestrais no seu modo de plantio e tinham como estratégia manter a variedade de produtos. Eram cultivadas diversas espécies alimentícias ao mesmo tempo, sem a preocupação de revezamento. Com isso, garantiam uma maior proteção das plantações contra as pragas e ainda uma produção diversificada de alimentos durante todo o ano, evitando, assim, que passassem necessidades.

Na pequena parte do território ocupada pela comunidade, cultivavam acerola, coco, banana, goiaba, jaca, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, feijão, abacaxi, feijão-guandu, inhame, melancia, milho e principalmente a mandioca (aipim). Todos participavam da

preparação da terra, do plantio, da manutenção e da colheita, de acordo com as disponibilidades de cada um.

O cultivo da mandioca é uma atividade mantida desde os tempos dos moradores mais antigos. No passado, a comunidade mantinha uma casa de farinha que era usada por todos, mas não tinha uma localização fixa. De tempos em tempos, mudavam a casa de lugar. Segundo relatos, a última casa de farinha ficava na moradia do sr. Claudionor e d. Nidi dos Santos. Apesar de em 2005 não haver mais a casa de farinha na comunidade, ainda assim mantinham a sua produção para o consumo dos moradores em instalações de terceiros.

Devido à redução da área para plantio, aos desmatamentos realizados pelos invasores e aos períodos de seca na região, a produção agrícola decaiu muito. As famílias de Preto Forro sofreram com a falta de alimentos.

Fé e futebol

A maioria dos moradores de Preto Forro é católica e alguns são evangélicos. A capela católica fica bem próxima às terras da comunidade e as missas são realizadas uma vez por semana, quando o padre vai à zona rural do município. Durante a semana, outras celebrações e reuniões religiosas são realizadas pelos próprios moradores de Preto Forro, responsáveis por quase todos os serviços e atividades da capela. Os homens são responsáveis por qualquer obra ou reparo, como o conserto de portas, janelas ou bancos, e as mulheres se encarregam da limpeza semanal da capela e também dão aulas de catecismo às crianças.

O futebol é muito valorizado pela comunidade. Prova desse entusiasmo, seu time, o Angelim Futebol Clube, com sede na comunidade, é registrado na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) desde 2003. O time se chamava Palmeirinha, devido à grande quantidade de palmeiras-imperiais na região, mas mudou para Angelim em referência ao bairro onde a comunidade

está localizada. Até 2005 existiam os times masculinos (principal e reserva), o time feminino, fundado em 2000, e o infantojuvenil, fundado em 2001.

Os jogadores são em maioria da comunidade, mas também jogam moradores de localidades vizinhas, principalmente do Pacheco. A sede futebolística foi construída com o patrocínio de um empresário de Búzios e é formada por um bar, vestiários, além do campo de futebol.

O futebol é uma grande atração da região, além de mobilizar um grande esforço e articulação entre as famílias quilombolas. Nos dias de jogos, aos domingos, ou nos dias de festas de comemoração, o campo do Angelim Futebol Clube reúne um grande público, entre quilombolas e visitantes.



Eliane e D. Nidi dos Santos. Fonte: Relatório Antropológico.

Esta narrativa foi composta por Luciana Costa a partir do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Quilombo Preto Forro, elaborado pela engenheira-agrônoma e socióloga Kátia Schweickardt. Informações adicionais foram obtidas nos sites da Fundação Cultural Palmares (<http://www.palmares.gov.br/?p=18085>), INCRA (<http://www.incra.gov.br/titulada-segunda-comunidade-quilombola-no-rio-de-janeiro>), Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/noticias/comunidade-quilombola-de-cabo-frio-ganha-titulo-de-propriedade-no-mes-da-consciencia-negra-22) e Koinonia (<http://koinonia.org.br/noticias/remanescentes-de-quilombos-reunemse-no-rio/300>).

Uma palavra da comunidade

Preto Forro

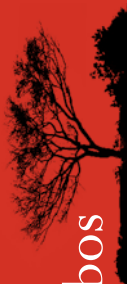
A luta de Preto Forro tem sido grande. A partir do momento que assumi meu mandato, juntamos a comunidade para que todos participassem, mesmo sabendo que o trabalho seria muito. Nosso maior sonho é que todas as comunidades quilombolas do Brasil vivam com sustentabilidade. Queremos destacar de nossa comunidade a dona Maria Leonídia Felisberto dos Santos, uma pessoa importante e a mais velha da comunidade.

Nossas maiores dificuldades ainda são de acesso às políticas públicas que nos garantam, por exemplo, saneamento básico e iluminação pública. Depois de altos e baixos, agora temos mais credibilidade por sermos uma associação de moradores organizada. Nós tivemos um ganho, junto ao ITERJ, numa parceria com o BNDES: temos agora um caminhão. Também estamos planejando a reforma das casas da comunidade. Para isso já teve início o processo de licitação. A pessoa responsável pelas obras também esteve aqui e as coisas estão se encaminhando. Aqui a gente tem que esperar com um pouco de paciência. Nós vimos que órgão público é coisa séria. Mesmo com a dificuldade que nós temos passado, existem outras comunidades também com problemas, e isso causa um pouco de ansiedade.

Nós temos duas casas na comunidade que têm mais prioridade. Todas precisam, mas na dificuldade que todos estão passando, com todas as burocracias que estamos enfrentando, temos que manter as prioridades. Mas ainda estamos debaixo de um teto, e muitos outros não. Nem todos tem paciência, mas vamos nos tranquilizando e aguardando. Nós temos uma presidenta no ITERJ, Elisabeth Mayumi Sone de Ribeiro, que é uma pessoa muito séria, que recebe a gente, vem na comunidade, visita. Eles saem dos seus tronos e visitam as comunidades e veem tudo, então isso pra gente é muito bom. Tivemos com ela agora na entrega do carro, e com ela “não tem tempo ruim”. Gostaríamos de aproveitar esse espaço para agradecer a ela.



Elias Santos, com sua casa ao fundo



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Aline Neves Rodrigues Alves, Isabella G. Miranda, Luciana Costa, Marilene Ribeiro, Suely Virgínia dos Santos
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C837qp Costa, Luciana Célia da Silva
Quilombo Preto Forro / Luciana Célia da Silva Costa. - Belo Horizonte :
FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório técnico de identificação e delimitação do Quilombo
Preto Forro, elaborado por Kátia Schweickardt.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Schweickardt, Kátia Helena Serafina Cruz .
Relatório técnico de identificação e delimitação do Quilombo Preto Forro.
I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e pre-concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais



Ministério do Desenvolvimento Agrário

